

MARIA APARECIDA BASSACO

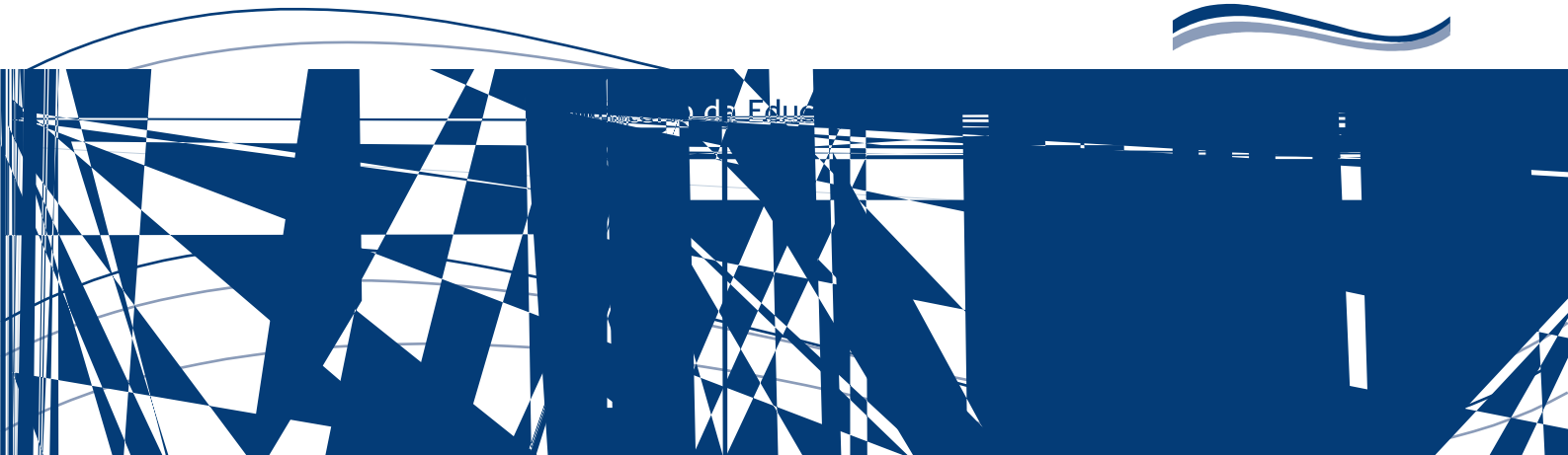
EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: **Maurício César Vitória Fagundes**

MATINHOS

2011



EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA

Maria Aparecida Bassaco¹

Mauricio César Vitória Fagundes²

RESUMO: O presente artigo visa principalmente demonstrar a importância de rever a educação de campo, percebe-se que existe a preocupação de que a população do campo permaneça em suas terras, com qualidade de vida e opções de continuar no campo ou buscar alternativas nos centros urbanos. Essa opção através da Educação de Campo irá proporcionar ao educando do campo qualidade educacional visando suas necessidades e expectativas, preparando-o para a transformação. O presente estudo, teve a oportunidade de estudar o caso do Colégio Rural Estadual José Martí, localizado no Assentamento 8 de Abril no Município de Jardim Alegre.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná – Litoral.

² Educador Orientador, UFPR Setor Litoral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Campo; Qualidade de vida.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem objetivo de mostrar a realidade do Colégio Rural Estadual José Martí que está localizado no Assentamento 8 de abril, Município de Jardim Alegre, e também buscar através de pesquisa, estudo e experiências a tentativa de mudar a escola para uma realidade do campo.

Nesse contexto, é necessário pensar em educação de campo, que desde os primórdios já a utilizaram, mesmo que muitas vezes não fosse necessário aos povos em que trabalhavam no campo.

Hoje a educação do campo vem conquistando espaço político, devido a grandes movimentos sociais e das iniciativas governamentais.

O reconhecimento dos direitos a educação diferenciada para as pessoas que vivem no campo é algo recente e inovador, que veio ganhando forças, por meio do Conselho Nacional de Educação e das Diretrizes operacional para a Educação nas escolas do campo. Assim, esse reconhecimento sai do espaço geográfico e compreende as inúmeras necessidades culturais, formação integral e os direitos sociais.

Para oferecer uma educação de qualidade, que seja adequada ao modo de pensar, viver e produzir das populações do campo, agricultores, extrativistas, criadores, pescadores, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros e quilombolas, vêm sendo concebidos de forma digna a Educação do Campo.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação sempre apresentou vários problemas com a baixa escolarização, alta evasão escolar, alto índice de repetência, etc., isso ocorre no campo também, pois, é lá que se encontra a maiores dificuldades na aprendizagem.

O modo implantado no campo foi tão marcante que até os dias atuais marcam as ações das elites brasileiras, um exemplo disso é o regime militar que com a sua política agrária incentivou a concentração em propriedades da terra, por meio de incentivos financeiros, capazes de impedir a organização de grande parte dos trabalhadores do campo. Para a elite do Brasil agrário, tanto as mulheres, os negros, os indígenas e os trabalhadores rurais não necessitavam de adquirir escolaridade, sendo que para os trabalhos rurais, não era preciso aprender a ler e nem escrever.

A educação do campo foi acentuada com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/1996, que trouxe em seu art. 28 medidas cabíveis de adequação da escola com a vida no campo. Em 2.003 houve grande mobilização com diversos movimentos sociais que tinham preocupação com a Educação no Campo, por meio disso o Ministério da Educação instituiu através da Portaria nº. 1.374, de 03 de junho de 2.003, um grupo permanente de trabalho, que tinha por finalidade apoiar a realização de seminários estaduais e nacionais para que fossem implantadas essas ações.

Entretanto, podemos definir que a escola do campo é aquela que está vinculada aos povos do campo, tanto os que vivem nas sedes dos municípios como aqueles no meio rural. A educação no campo possui necessidades e características próprias para o aluno em seu espaço cultural, não pode abrir mão de sua pluralidade.

Em 2.004 foram realizados vários seminários Estaduais, através da Coordenação Geral de Educação do Campo, com o objetivo de diagnosticar e também de buscar alternativas capazes de combater as desigualdades escolares.

Buscou incentivar relações dentro do respeito e valorização de milhares de brasileiros, que trabalham na terra e dela tiram seu sustento.

3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo terá como objetivo demonstrar a realidade do Colégio Rural Estadual José Martí, localizado no Assentamento 8 de abril, no Município de Jardim Alegre.

A educação de campo infelizmente se tornou algo esquecido, não somente a educação em si como também os direitos humanos.

A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, como vítimas preferenciais da exclusão. Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e a invisibilidade desses direitos, acrescidos do valor da diversidade. Ao processo de expansão dos direitos humanos, soma-se o processo de especificação de sujeitos de direito (PIOVESAN; HADDAD, 2006, p. 26).

A concretização dos direitos humanos, principalmente de uma classe excluída da sociedade, os trabalhadores do campo que expulsos de suas terras foram para a cidade sem nenhuma preparação (formação escolar, profissional, etc.) e na cidade não encontraram espaço para sua sobrevivência, passando por situações sub-humanas.

Assim sendo, essas pessoas que já tinham sido expulsas de sua terra e que não encontraram expectativas de vida nas cidades, vêm no Movimento Sem Terra (MST) uma forma de ser devolvida a elas a dignidade. Essa é a realidade dos educandos do Colégio Rural Estadual José Martí, que junto ao MST estão em busca de políticas específica ao homem do campo, a escola tem um papel fundamental nesse processo, pois, é através do conhecimento que o ser humano passa a ser cidadão capaz de promover sua transformação.

A direção do Colégio que também faz parte do grupo de educandos do Projovem Saberes da Terra propôs a nós educadores e educandos um trabalho que pudesse ajudar a escola para que realmente fosse do campo. Aderimos à idéia da diretora porque pensamos que de alguma forma precisamos ver nossos educandos como sujeitos do campo e que merecem uma educação que o torne capaz de sobreviver no campo ou na cidade, ele poderá ir para a cidade se quiser, não sendo expulso como antes, preparado e não às cegas, como antes.

Para iniciar a pesquisa de campo, foi convidada a Coordenação da Educação do MST local para expor as idéias e eles ficaram entusiasmados e disseram que já estavam pensando nisso há algum tempo, mas estavam esperando abertura. Nesta oportunidade foram levantados alguns problemas, como por exemplo, por onde começar? Viu-se a necessidade em primeiro momento para com a formação dos educadores e funcionários do Colégio, pois, os mesmos não moram no Assentamento são da cidade e conhecem superficialmente a realidade dos educandos e do MST.

Para capacitação dos educadores e funcionários, foram feitos dois dias de formação com a coordenação de educação do MST local e a coordenação Estadual de Educação do MST. No início foi contado a historia do MST, e também a historia da ocupação do Assentamento 8 de abril.

O primeiro dia foi para a formação e o segundo dia para as visitas aos lotes, onde nós, os educadores e funcionários nos deslocamos e fomos visitar

as famílias dos nossos educandos, no qual fizemos entrevistas para saber sobre sua realidade e o que esperavam da escola.

Em um segundo momento foi convidado pela Coordenação Estadual de Educação a professora Marlene para mais dois dias de formação com professores e funcionários, onde foi refletido sobre as práticas na sala de aula e na qualidade do ensino oferecido, planejamento metodológico para nossas práticas. Para o segundo semestre está sendo agendados mais dois encontros até o final do ano de 2.011.

Outro tópico importante foi a troca do nome do Colégio Rural Estadual José Martí, para Colégio Estadual do Campo José Martí, que está sendo enviando para o Núcleo Regional de Educação, a documentação para que se efetive essa mudança.

Analisando o contexto social em que vivem os educandos do Colégio, as políticas públicas deveriam garantir a qualidade do ensino e educação para todos, vimos que isso ainda não aconteceu de fato.

No âmbito cultural e educacional residem grandes desafios no que se refere à formação de sujeitos de direito. Entre eles o acesso aos meios pelos quais lhe permita conhecer os complexos processos de conhecimento, embutidos nos processos de produção econômica, política e cultural. Esses meios nos são dados num processo continuado de educação, que vai desde a família, passando pelo trabalho nos quais estes sujeitos estão envolvidos, e também pela escolarização (OLIVEIRA; SANTOS, 2008, p. 17).

Segundo os autores acima citados, ainda não conseguimos resolver os conflitos da Educação, para que realmente possa formar o cidadão, dando condições a ele para resolver seus problemas e que isso só se dará com o envolvimento da sociedade, realmente o que vemos, sentimos é uma frustração, o que está sendo ensinado não está dando conta das reais necessidades do educando. No mesmo raciocínio os autores complementam.

Tais meios foram sistematizados sonogados à população do campo, desde os primórdios da nossa história e persiste seu trágico legado até os dias de

hoje. Basta observar os altos índices de analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade registrados no campo brasileiro.

Pode-se verificar, ao longo da história que sempre foi tirado o direito ao homem do campo ao conhecimento sistematizado da escola e que alguns programas ligados a Reforma Agrária vem tentando diminuir essa distância, buscando direitos a esse conhecimento sistematizados que poderão ajudá-los a melhorar a sua vida.

Esses direitos lhe foram tirados de muitas formas: a distância do campo das cidades, isso dificulta a chegada deles na escola urbana; transporte; estradas; necessidade do trabalho com campo durante todo o dia sem que resta tempo para estudar; quando tem escola no campo falta de professores empenhados a ir até as escolas no campo. Entretanto, ainda existem fatores indispensáveis para que haja de verdade a educação no campo: necessidade de mudança das políticas públicas; transporte; remuneração diferenciada para os professores que atuam nas escolas do campo; e capacitação para tais professores.

Os educandos dos acampamentos ou assentamentos ainda têm mais uma dificuldade que é a permanência nos lugares e isso, trás enormes dificuldades de adquirir aprendizagem, apesar das escolas itinerantes.

Parte significativa da luta dos sujeitos organizados do meio rural para construção da Educação do Campo tem se dado por meio do Pronera. Os 10 anos de práticas concretas de escolarização dos assentados a completarem-se em 2008, que garantiram a materialidade do Programa, foram fundamentais para construção da bandeira da Educação do Campo. Iniciamos em 1998 as primeiras ações do Pronera com cursos de alfabetização; depois avançamos para escolarização; cursos técnicos profissionalizantes; chegamos aos cursos superiores; e hoje, desenvolvemos, a partir do Pronera, e das articulações das diferentes parcerias dos movimentos sociais, sindicais, das universidades, das superintendências, cursos superiores em muitas áreas do conhecimento: Pedagogia da Terra; Agronomia; Direito; Licenciatura em História; em Ciências Agrárias; Geografia, Artes, entre outros. Avançamos, também, para as especializações: administração de Cooperativas; Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos (MOLINA, 2008, p. 19-20).

Neste trecho do livro a autora descreve como as pessoas têm que se organizar, enquanto Movimento Social, para reivindicarem ao homem do campo, naquilo que lhe é de direito, atendendo suas dificuldades que deveriam ser contempladas pelo Poder Público, que pouco contribui para melhoria da vida das pessoas. O que se vê é que o Poder Público ao longo da história seguiu normas das quais privilegia a burguesia, aos grandes capitalistas, e que a educação só é necessária para atender interesses dessa classe e não da classe trabalhadora.

A educação vem sendo debatida entre as classes, grupos sociais, classe trabalhadora, principalmente pelos candidatos em momentos eletivos, cada um defendendo os seus interesses, mas o debate, os conflitos em torno desse tema têm muito a avançar, enquanto isso, não pode estacionar no tempo, pois, o direito e educação são garantidos na Constituição Federal Brasileira, mas para que a educação seja de fato, é preciso que a classe trabalhadora se una através dos mesmos ideais, somente assim é que conseguiremos avançar para uma verdadeira democracia, onde as pessoas possam viver como cidadãos livres, capazes de escolher o que é melhor para suas vidas.

Um direito difere de uma necessidade ou carência e de um interesse. Uma necessidade ou carência é algo particular específico um direito, ao contrario de necessidade, carência e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, valido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais (CHAUI, 2002, p. 334).

O direito a educação é um direito humano e não se desenvolve num processo de construção ao longo da história do homem, não é uma doutrina, mas o que se tem visto é uma educação para doutrinar as pessoas e não para deixá-la livre, visando à dignidade humana.

É complexo as condições sociais tanto econômicas como a educacional das populações camponesas, exigem muito cuidado na produção do conhecimento e precisa estratégias para melhorar a condição da educação para que o educando, permaneça na escola, e que tenha um ensino de qualidade.

Todos esses objetivos estão atrelados ao fundamento específico dos direitos sociais, qual seja, o principio de igualdade. Isso significa que

só tem sentido pensar a educação, assim como os demais direitos sociais se a sua concretização tiver como diretriz fundamental a redução das desigualdades sociais existentes na sociedade (DUARTE, 2008, p. 34).

É dever do Estado, garantir a qualidade de ensino a todos, mas é preciso que seja respeitada as especificidades de cada classe, sendo assim, o Estado deve pensar em políticas públicas que resolva os problemas das escolas do campo, melhorando as condições de trabalho, pensando na qualidade e diminuindo a distancia entre escola urbana e a escola do campo.

Dentre as estratégias que fortalecem a Política Nacional da Educação de Campo, podemos citar as ações da Secad/MEC, a qual promove a construção desta política e tem sido fundamentada como uma reivindicação legítima dos movimentos sindicais e sociais do campo. Conta com a participação de vários fóruns democráticos, como é o caso do Grupo Permanente de trabalho de Educação do Campo.

Ao longo dos anos a Secad/MEC vem trazendo programas, atividades e projetos que visam o melhoramento das escolas do campo, tais como: melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos; formação continuada dos educadores, gestores e técnicos que atuam nos estados e municípios e nas instituições ligadas aos movimentos sociais; revisão e complementação das normas legais que dizem respeito à Educação de Campo; e ao fomento da pesquisa e a produção acadêmica.

As respostas obtidas destas ações são: ampliação da consciência do indivíduo pelos seus direitos; aumento da democracia participativa por meio da organização da sociedade, visando o controle social; e o governo e a sociedade compartilhando a política de gestão.

Contudo, não podemos esquecer que essa expansão não se sustenta se for entendida apenas como ampliação do número de escolas, sendo mantidas as atuais condições pedagógicas e de infra-estrutura. Também não podemos incorrer no equívoco de tentar transpor para o campo o modelo de escola que predomina nas cidades. É preciso garantir uma proposta de organização do trabalho

pedagógico, de formação do professor e de organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo (BRASIL, 2007, p. 26).

Não é apenas a instalações de escolas do campo, é necessário que seja mantida as condições pedagógicas que correspondem ao que deve ser ensino no campo, o modelo da escola urbana não pode ser a mesma no campo.

4 PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Hoje aproximadamente 32 milhões de brasileiros vivem no campo, e como já vimos o acesso à educação escolar é um grande desafio. O programa Saberes da Terra é um programa criado pelo Governo Federal, em parceria entre os Ministérios da Educação, Emprego e Trabalho, do Desenvolvimento Agrário e Cultura, juntamente com as Secretarias Estaduais e Municipais ligadas à educação, visando uma política nacional de Educação para jovens e adultos, que tem por meta qualificar social e profissional os trabalhadores do campo. A metodologia aplicada reconhece as necessidades e a realidade diferenciada para os educandos do campo. Este programa visa estimular a ampliação e o fortalecimento das iniciativas de permanência e do acesso dos jovens trabalhadores do campo na rede pública de ensino.

O Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação do Campo estabelece uma política nacional para a formação específica e permanente aos profissionais da Educação do Campo, visando o aumento do atendimento das necessidades dos educandos e educadores da rede de ensino no campo. Sua implementação tem por objetivo estabelecer um processo institucional o qual aproxime as instituições com as Universidades de redes de ensino do campo.

A revisão do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 10.172/2001 por meio do art. 214 da Constituição Federal, que visa articular as ações ligadas

diretamente ao desenvolvimento do ensino. Entretanto, alguns capítulos da mencionada Lei se referem à educação destinada à população do campo, mas infelizmente o assunto ligado à educação de campo foi tratado de forma inadequada e insuficiente, é o que aponta os educadores e representantes de movimentos sociais.

Os Fóruns Permanentes de Pesquisa em Educação de Campo visa promover através da instituição de rede virtual, debates acerca da Educação do Campo e também para a divulgação de pesquisas.

O apoio à educação de campo é uma ação realizada por meio de transferências de forma voluntária de recursos financeiros, que poderá agir diretamente sobre a capacitação e projetos de profissionais de educação, construção e reforma de escolas, material didático, apoio técnico, destinadas à população campestre.

O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciatura em Educação do Campo, criada pela Secretaria de Educação Superior o Secad/MEC, que visa apoiar programas integrados de licenciaturas, para que possam ser usadas como uma alternativa do trabalho escolar e pedagógico, buscando a expansão da educação básica e de qualidade para os alunos do campo.

O Projeto Vida, aplicado no Colégio Rural Estadual José Martí, ensina primeiramente na teoria para posteriormente aplicar o aprendizado na prática, dentro do lotes, visando melhorar a renda familiar. Por meio deste projeto a agricultura vem se fortalecendo, pois os alunos aprendem a ter consciência sobre o uso do solo. O Projovem oferece a participação de técnicos, os quais dão todo suporte necessário para o desenvolvimento da Educação do Campo.

5 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho procurou demonstrar a grande dificuldade dos educandos que moram no campo e que necessitam de estudar nos centros urbanos. E sobre a importância de mantê-lo no campo, com educação digna. Foi realizada uma pesquisa de campo, dentro do Colégio Rural Estadual José Martí, que fica dentro do Assentamento 8 de abril no Município de Jardim Alegre, contudo pode-se presenciar as dificuldades que os alunos encontram em terem que estudar em escola distantes de suas casas e currículo escolar que não atende as necessidades específicas do campo. Pensando nisso, grupos educacionais do próprio Movimento MST local e Membros Estaduais, juntamente com a escola inicia um trabalho para implantar uma educação diferente na localidade, visando principalmente o educando e o educador.

Através deste projeto os educadores e funcionários puderam aprender sobre a história do movimento MST e conhecer um pouco sobre a família de seus alunos, seus costumes, suas dificuldades e principalmente seus sonhos diante da educação escolar.

Pensando no bem estar dos educandos, o grupo ainda está em plena aprendizagem, com programas que vem aperfeiçoando a capacitação dos educadores, para que possam passar aos seus educandos uma metodologia pedagógica adequada para o seu contexto. Procurando preparar esses educandos para permanecerem no campo, e se optarem por irem para as cidades, possam ter condições profissionalizantes para se manter e ter uma vida digna de ser humano.

Muito se tem feito em termos de programas, ações e projetos para a implantação da Educação do Campo, mas ainda há muito que fazer, para tornar esse sonho em realidade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Cadernos Secad.** Brasília: 2007. Disponível em:
< <http://www.red-ler.org/educacaocampo.pdf>>. Acesso em: 20 de Jul. 2011.

CHAUI, M. A. **Sociedade Democrática. Introdução Crítica ao Direito Agrário.** Brasília, 2003.

DUARTE, C. S. **Por uma Educação do Campo.** Brasília: Incra/MDA, 2008.

MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo.** Brasília: Incra/MDA, 2008.

PIOVESAN, F.; HADDAD, S. A. **Concepção Contemporânea de Direitos Humanos.** São Paulo: Ação Educativa, 2006.

SANTOS, C. A; OLIVEIRA, C.J. **Por uma Educação do Campo.** Brasília: Incra/MDA, 2008.

Mauricio César Vitória Fagundes
Está aprovado o artigo da educadora Maria Aparecida Bassaco.